



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

33

| | |
|-----|------------------------------|
| 2.º | PUBLICADO NO D. O. U. |
| C | Da <u>14/07/1998</u> |
| C | <u>stolutivis</u> Rubrica |

Processo : 13707.002621/93-40

Acórdão : 203-03.549

Sessão : 14 de outubro de 1997

Recurso : 101.541

Recorrente : CROMOS S/A TINTAS GRÁFICAS

Recorrida : DRF no Rio de Janeiro - RJ

COFINS - IMPOSSIBILIDADE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. Declarado pelo Supremo Tribunal Federal a constitucionalidade da Lei Complementar nº 70/91, impossível o insurgimento em sentido contrário. **Recurso a que se nega provimento.**

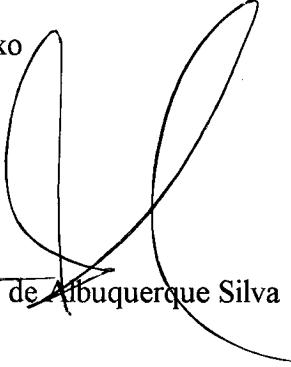
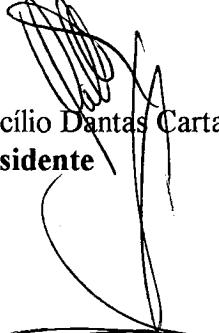
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: CROMOS S/A TINTAS GRÁFICAS.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Daniel Corrêa Homem de Carvalho.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1997

Otacílio Dantas Cartaxo
Presidente

Francisco Mauricio R. de Albuquerque Silva
Relator



Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Ricardo Leite Rodrigues, Francisco Sérgio Nalini, Renato Scalco Isquierdo, Mauro Wasilewski e Sebastião Borges Taquary.

fclb/



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

32

Processo : 13707.002621/93-40

Acórdão : 203-03.549

Recurso : 101.541

Recorrente : CROMOS S/A TINTAS GRÁFICAS

RELATÓRIO

Trata-se de Auto de Infração (fls. 01/09) originado pelo não recolhimento da COFINS no período de abril/92 a setembro/93, impugnado (fls. 17/33) através de alegações jurídico-constitucionais, sem contestação dos valores apurados.

A Autoridade singular abordando ponto a ponto o articulado na Impugnação, na Decisão nº 75/94, julgou procedente a Ação Fiscal e devido o crédito tributário.

Às fls. 59/75, submete Recurso Voluntário nos exatos termos da Impugnação onde predominam argumentações sobre a Contribuição Social sobre o Lucro e não, sobre a Contribuição denominada COFINS, instituída pela LC nº 70/91 e enquadramento legal insculpido às fls. 07 do Auto de Infração.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "É o relatório.", is written over a stylized, decorative flourish or underline.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

33

Processo : 13707.002621/93-40

Acórdão : 203-03.549

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA

O Recurso é tempestivo, dele tomo conhecimento.

A constitucionalidade da CONFINS, declarada pelo Supremo Tribunal Federal, veio pacificar definitivamente a legalidade de sua cobrança, inexistindo assim, plausibilidade para insurgimento quanto a essa matéria.

Pelo exposto, nego provimento ao Recurso.

Sala das Sessões, em 14 outubro de 1997

FRANCISCO MAURICIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA